



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

SEVERINO DE LIMA NETO

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAMPINENSE: UMA REFLEXÃO
ACERCA DO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS, EM CAMPINA GRANDE -PB**

CAMPINA GRANDE

2023

SEVERINO DE LIMA NETO

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAMPINENSE: UMA REFLEXÃO
ACERCA DO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS, EM CAMPINA GRANDE -PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Departamento do
Curso de Licenciatura em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr Arthur Tavares Valverde

CAMPINA GRANDE

2023

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

L732r Lima Neto, Severino de.
(Re)produção do espaço urbano Campinense [manuscrito]
: uma reflexão acerca do complexo Aluizio Campos, em
Campina Grande -PB / Severino de Lima Neto. - 2023.
47 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2023.

"Orientação : Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde, Departamento de Geografia - CEDUC. "

1. Espaço urbano. 2. complexo Aluizio Campos. 3. Periferização. I. Título

21. ed. CDD 910

SEVERINO DE LIMA NETO

**(RE)PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAMPINENSE: UMA REFLEXÃO
ACERCA DO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS, EM CAMPINA GRANDE -PB**

Trabalho de Conclusão de Curso
(Monografia) apresentado ao Departamento do
Curso de Licenciatura em Geografia da
Universidade Estadual da Paraíba, como
requisito parcial à obtenção do título de
Licenciado em Geografia.

Aprovada em: 19/06/2023.

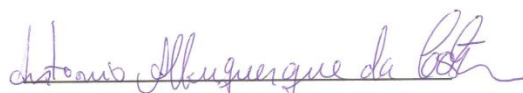
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Arthur Tavares Valverde (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Profa. Ma. Nathália Rocha Morais
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof. Dr. Antônio Albuquerque da Costa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

As minhas avós, Alcina e Rita pois, mesmo sem entenderem o significado desse momento me apoiaram, me incentivaram e me protegeram com suas orações, amor e cuidado, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

A Deus primeiramente e a Nossa Senhora da Conceição, que durante esses anos de estudos e rotina diária em minha vida foi e é meu alicerce mediante as dificuldades e cansaço em que me encontrava.

A minha família, nas pessoas do meu pai, Demóstenes Castro de Lima, Minha mãe Inês Lima Moraes Castro, minhas avós Alcina de Castro (vozinha) e Rita Emília (Vovó Nininha), meus irmãos, Thaynar Lima, Dayse Castro e João Paulo, meus sobrinhos José Gabriel, João Miguel e Rafael (*in memoriam*), e também a minha namorada Ana Karolina que muito me auxiliou e me deu forças durante esse processo de construção deste trabalho, sem dúvidas foi meu braço direito, minha eterna gratidão.

Aos meus colegas de turma e de curso que conheci e compartilhei momentos muitos felizes e de grande conhecimento ao longo dessa jornada. A todo o corpo docente do Curso de Licenciatura em Geografia da UEPB, no qual muito aprendi com todos os professores e pude fazer amizades com muitos meus agradecimentos.

Por fim dedico a todos os pesquisadores e acadêmicos do Brasil e do mundo em especial aos da UEPB por compartilhar conhecimento e fazer ciência mesmo em tempos difíceis a dedicação de cada um de vocês se torna importante para que o conhecimento seja compartilhado e elevado a outros patamares como uma forma de ajuda e resistência nos tempos atuais.

“Talvez esses 50 anos (de globalização) criaram também uma multidão de excluídos, ajuda a fazer eu crer na oposição aos que têm e estão tranquilos por isso e aos que não tem e estão permanentemente intranquilos.” (Milton Santos) s.d.

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso, resulta de um estudo de natureza qualitativa e de caráter bibliográfico. As reflexões aqui abordadas parte de análises e da perspectiva sobre o que é e como se materializa a produção do espaço urbano. Desse modo, o objetivo principal do estudo é analisar como se desenvolve a periferização/fragmentação do espaço urbano campinense, sobre uma reflexão acerca do Complexo Aluizio Campos, um projeto que mesmo desenvolvido de forma planejada, torna-se também um articulador destes processos que são impostas à sociedade campinense. A metodologia utilizada para a construção deste trabalho, se deu através de leitura de artigos e livros de autores com bastante relevância na temática abordada. Os resultados aqui obtidos mostram a relação da construção deste espaço com sua localidade em que foi projetado, e a forte valorização e especulação imobiliária que obteve, ao ser construído numa área periférica à malha urbana de Campina Grande, dificultando assim o acesso a serviços comuns e o direito a cidade da população residente no referido local.

Palavras-Chave: Aluizio Campos, Espaço Urbano, Periferização.

ABSTRACT

This course completion work is the result of a qualitative and bibliographical study. The reflections discussed here are based on analyzes and perspectives on what the production of urban space is and how it materializes. In this way, the main objective of the study is to analyze how the peripherization/fragmentation of the urban space of campinense develops, on a reflection about the Aluizio Campos Complex, a project that even if developed in a planned way, also becomes na articulator of these processes that are imposed on Campinense society. The methodology used for the construction of this work was through the reading of articles and books by authors with great relevance in the thematic addressed. The results obtained here show the relationship between the construction of this space and the location in which it was designed, and the strong valuation and real estate speculation that it obtained, as it was built in a peripheral area of the urban mesh of Campina Grande, thus making access to common services and the right to the city of the population residing in that place.

Keywords: Aluizio Campos. Urban Space. Peripheralization

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 REPRODUÇÃO DO ESPAÇO E CRESCIMENTO URBANO:Contextualização Histórica.....	11
2.1 Habitação social no Brasil, origens e perspectivas.....	16
3 REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAMPINENSE.....	20
3.1 Periferização e dispersão.....	21
4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS.....	24
4.1 Agentes determinantes do problema da moradia do aluízio campos.....	26
4.2 O Complexo Aluízio Campos e sua óptica frente aos interesses do capital campinense	30
5 O COMPLEXO HABITACIONAL ALUÍZIO CAMPOS: Uma reflexão da exclusão social em seu processo de construção.....	34
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
REFERÊNCIAS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O tema escolhido para a construção deste trabalho surgiu a partir de uma reportagem do Fantástico (Programa da Rede Globo de Televisão) na qual despertou questionamentos sobre a intervenção do Estado e seus agentes imobiliários referente a uma higienização urbana mais precisamente no local denominado de Cracolândia na Grande São Paulo, em conformidade com o assunto apresentado da devida reportagem despertou o interesse de correlaciona-lo com a realidade campinense sobre a optica do Aluizio Campos, no qual tem o Estado como principal articulador dessa transformação do espaço urbano, os agentes imobiliários tendo seus interesses de reprodução do capital sendo atendidos e principalmente os grupos sociais excluídos, uma vez que os mesmos, não terão tantas oportunidades aos serviços de bens comuns, devido a sua localização em uma área periférica da malha urbana campinense.

É pretensão deste estudo desvendar os interesses do Estado, em sintonia com os promotores imobiliários e agentes articuladores na escolha do local e construção do Complexo Habitacional. Porém o objetivo principal do trabalho será a abordagem do surgimento de uma fragmentação e periferização causada mediante o processo de construção do referido objeto de estudo, deixando a sociedade distante do acesso aos serviços e bens comuns. Neste contexto a construção do Aluizio Campos, apresenta características desses agentes que modelam e ajudam a transformar e reproduzir o espaço urbano campinense, demonstra influência, e apresenta um dinamismo muito completo no que se refere a produção do espaço urbano.

Dessa forma abordaremos a relação dos agentes articuladores envolvidos no projeto imobiliário, com isso, dois questionamentos são levantados, qual intuito de tais agentes ao se construir distante da malha urbana, o complexo habitacional? uma vez que existem espaços vazios, livres, e em sua maioria ociosos, dentro da malha urbana de Campina Grande? Este aspecto da localização do complexo é mais uma variável a ser observada para entender as dificuldades que a população residente encontra, na acessibilidade aos meios de sobrevivência.

Durante o trabalho é possível observar a relação que os agentes modeladores/articuladores têm ao produzir e transformarem o espaço urbano, tais agentes são: os promotores imobiliários, latifundiários, industriais e o próprio Estado, baseando-se sob a optica de Corrêa 2004, em que demonstra como tais agentes em conjunto, agem em seus próprios benefícios numa ação mútua, e não de forma a atender as necessidades de outros agentes, representadas pelos grupos sociais excluídos. Desse modo, discutiremos de que forma esses agentes interferem na reprodução e transformação do espaço urbano campinense diante de um

estudo bibliográfico sobre o complexo Aluízio Campos, em que o mesmo, desencadeia e sofre interferência dos referidos agentes, causando uma fragmentação e periferação imposta a esta sociedade.

Cabe mencionar que, para elaboração dessa monografia de natureza qualitativa e de caráter documental e bibliográfico, foram utilizados livros e artigos científicos voltados a temática aqui abordada, tais livros e artigos são de bastante relevância com a temática a exemplo de: o Espaço Urbano de Corrêa (2004), Origens da habitação social no Brasil de autoria de Nabil Bonduki (2004), Moradia nas cidades brasileiras Arlete Moyses Rodrigues (1991), A Urbanização Brasileira, Santos (1993), O espaço dividido também de Santos, (2004). e a Revolução Urbana de Lefebvre (1999), principais fontes usadas como base para o desenvolvimento desse trabalho entre outras referências com bastante relevância sobre a temática abordada.

O trabalho se apresenta estruturado em 4 tópicos e subtópicos, no primeiro tópico abordamos, através de uma breve contextualização histórica, informações referentes à reprodução do espaço e crescimento urbano a partir da singularidade brasileira. No segundo tópico, discorreremos algumas considerações acerca da reprodução do espaço urbano do município de Campina Grande, de forma a nos aproximar da realidade a ser apresentada. No terceiro tópico, apresentamos alguns aspectos sobre a caracterização da localização do objeto de estudo, como também, os agentes determinantes do problema da moradia no Aluízio Campos, e sua óptica frente aos interesses do capital campinense. No quarto tópico, buscamos explanar algumas reflexões sobre a exclusão social, que o Complexo Habitacional causou em seu processo de construção, a exemplo dos processos de periferação e fragmentação. e por último, apresentamos alguns resultados obtidos mediante o desenvolvimento deste trabalho nas considerações finais.

Os resultados aqui obtidos neste trabalho buscam mostrar que todo o espaço do Complexo foi e ainda é modificado pelos agentes hegemônicos/articuladores que são os principais responsáveis por todo o processo de sua construção e modificação, seja no âmbito espacial e principalmente social, ou seja, sofre uma forte interferência e dependência desses agentes, mas o principal resultado a se destacar é que mesmo o Complexo, sendo projetado de uma forma planejada, demonstra não atender diretamente aos serviços essenciais da população residente, e que toma uma outra proporção quando este espaço passa a ser construída de maneira nítida a favorecer o capital, contudo a população não compreende que ela é a principal prejudicada pelas decisões unilaterais dos demais agentes que compõem a sociedade urbana.

2 REPRODUÇÃO DO ESPAÇO E CRESCIMENTO URBANO: Contextualização Histórica

A discussão sobre a reprodução espacial e o crescimento urbano no país alcançou proporções significativas, apontadas por exemplo, na construção de pesquisas que são fundamentais para a sociedade, esta, insere-se neste espaço e faz parte diretamente dele como objeto de alteração espacial. No entanto, antes de abordar a reprodução espacial no Brasil, é importante a compreensão da configuração do espaço urbano. Em conformidade com as ideias de Corrêa (2004, p.11), afirma-se que:

O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. ação desses agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem.

Vale salientar que o espaço urbano capitalista ressaltado pelo autor, é o espaço em que se convive diretamente, como também é objeto de alteração do mesmo. Ainda, comungasse com as reflexões do referido autor ao destacar que não é apenas a sociedade inserida nesse espaço a principal responsável por alterações dinâmicas, mas também, a presença de diversos agentes e fatores externos que definem a reprodução espacial.

Abordar questões referentes à reprodução do espaço urbano implica necessariamente a explanação do processo de industrialização, é a partir do citado fato histórico que a reprodução do espaço passa a ampliar-se adquirindo formas e proporções significativas, inicia-se no século XX com a chegada da população aos grandes centros urbanos, processo esse denominado como êxodo rural.

Dessa forma, a urbanização no Brasil crescia concomitante ao crescimento da indústria, é um processo marcante para o desenvolvimento do país, pois, destaca-se nesse período a ascensão da migração da população de uma determinada região, com foco na região Nordeste, para outras, com predominância, a região Sudeste, que na época concentrava a maioria das indústrias, resultando no crescimento da economia, na oferta de emprego e melhores condições de vida. Portanto, paralelo aos avanços do crescimento urbano e o dinamismo que as cidades dessa região oferecem, ocorre a expansão dos processos de urbanização, visto que, o grande fluxo migratório citado anteriormente apresentou no cenário das cidades do Sudeste a

necessidade de melhores condições de vida e ofertas de serviços (emprego, saúde, educação, transporte, lazer).

Salienta-se, desse modo, a importância do referido crescimento urbano, não apenas para região Sudeste. Através da ascensão da industrialização, observa-se como consequência as deficiências que cidades bem urbanizadas apresentam, isto no que se refere ao dinamismo das mesmas. É importante frisar que as citadas deficiências acompanham a forma como cresce também sua urbanização, ou seja, se é de forma rápida que uma cidade se urbaniza, é também de forma repentina que essas deficiências surgem, explanando como se comporta uma grande cidade que adquiriu um processo de industrialização concentrado, gerando perspectivas e problemas.

O crescimento desordenado e rápido no processo de urbanização implicou em consequências negativas, desde a falta de planejamento urbano, como também a ausência de uma política econômica menos concentradora, tais fatores, contribuem para o crescimento da violência urbana e da periferização, através do processo de ocupação em áreas irregulares, explicitado na estrutura urbana das principais metrópoles do Brasil.

SANTOS (2004), ao abordar sobre crescimento desordenado e rápido, o denomina de “macrocefalia urbana”, o autor adota essa nomenclatura ao frisar que o referido processo nada mais é que o inchaço das cidades, devido ao seu processo rápido de concentração técnica e produtiva, tornando uma zona atrativa para os agentes econômicos e produtivos, como também, atrativo populacional, aumentando o fluxo de pessoas para esses centros, desdobrando-se em múltiplos problemas como desemprego, ocupações precárias e falta de segurança. Para tanto, Santos afirma que:

A macrocefalia, tal como é conhecida atualmente, nos países subdesenvolvidos, é o resultado do progresso tecnológico e das tendências à concentração que ele provoca. As cidades inicialmente privilegiadas beneficiam-se com uma acumulação seletiva de vantagens e, assim acolhem as novas implantações (SANTOS, 2004, p.306).

No que concerne às vantagens comparativas das grandes cidades, Santos ressalta que:

Em geral a cidade muito grande reúne as principais vantagens comparativas: economias externas, economias de escala e de aglomeração. Norro (1972) lembra-nos que “a natureza da concentração urbana favorece particularmente à multiplicação das economias externas”. Essas vantagens que não se verificam em outros pontos do país atuam como convite permanente aos investidores (Baer, 1969), “visto que as economias externas e as economias de aglomeração são essencialmente utilizadas pelos setores capitalistas das respectivas cidades, enquanto as deseconomias são assumidas pelo Estado e pela população” (FUNES, (1972). Por outro lado, as metrópoles econômicas nacionais usufruem de uma posição estratégica na moderna rede de transportes. Isso lhes assegura relações mais fáceis com o resto do território, aumentando assim sua capacidade de competição.” (SANTOS, 2004, p. 306-307).

Comungando com as reflexões de SANTOS, é relatado no livro “A urbanização Brasileira” o novo modelo de perfil industrial que ao longo do tempo vem se construindo:

Por isso a grande cidade, mais do que antes, é um pólo da pobreza (a periferia no pólo...), o lugar com mais força e capacidade de atrair e manter gente pobre, ainda que muitas vezes em condições sub-humanas. A grande cidade se torna o lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos, isto é, o teatro de numerosas atividades “marginais” do ponto de vista tecnológico, organizacional, financeiro, previdenciário e fiscal.” (SANTOS, 1993, p.10).

Ou seja, a macrocefalia das cidades cresce em decorrência do avançado processo industrial adotando novos modelos de industrialização, a partir disso, fomenta a crise urbana em decorrência do não acesso a empregos, bens e serviços que fazem parte da engenharia econômica que o capitalismo desenvolve, por mais que diversas atividades continuem a crescer com o tempo, em contrapartida a pobreza aumenta, assim como também a população, em consequência do crescimento desordenado e acelerado, dessa forma, a situação da população é de vulnerabilidade, principalmente no que diz respeito às suas condições de vida.

Os fatores explanados anteriormente, apesar de novas roupagens, configuram-se na sua continuidade nos dias atuais, com o quadro da crise econômica, em decorrência disto, há um aumento de moradores de ruas ou moradores em regiões precárias, que não oferecem o mínimo de acesso aos direitos que um cidadão deve ter, designando-se como uma população de baixa renda, que possui sua renda oriunda ou de programas oferecidos pelo governo ou da mendicância.

O capitalismo cresce com o dinamismo que a cidade oferece, porém, os principais autores que fazem a catraca da engenharia capitalista girar, não podem ou não tem condições de usufruir de seus benefícios, esse crescimento desordenado da população e da urbanização do Brasil, afeta diretamente sua capacidade de controle sobre a cidade, pois não se tem domínio do crescimento populacional, como também dos problemas enfrentados pelas minorias, principais excluídos, em contrapartida, os referidos autores são protagonistas desse crescimento, que lutam por melhores direitos sociais e condições de vida e moradia digna, porém, são impedidos por diversos fatores, um deles é sua condição social e econômica, uma vez que os programas sociais não cobrem os devidos custos as famílias mais necessitadas, muitos deles tem caráter paliativo, o que comprova atualmente no quadro da fome que o país voltou a fazer parte nos últimos tempos.

A questão da reprodução e crescimento do espaço urbano no Brasil sempre esteve atrelada ao desenvolvimento industrial, apresentando inúmeras questões, não só econômicas

como sociais, sendo elas positivas como por exemplo o desenvolvimento das cidades e por consequência seu crescimento, como também o avanço das tecnologias e da ciência, e negativas, a exemplo dos inchaços das cidades citados anteriormente, que apresenta inúmeras deficiências com a chegada da população advinda de outras regiões do país em busca de trabalho e melhores condições de vida, o fato é que esse processo de reprodução espacial e crescimento urbano é muito dinâmico e acompanha o dinamismo de cada cidade, salientando também que, transforma a personalidade da sociedade que nela habita.

Com o passar do tempo percebe-se que a cidade se adapta às necessidades capitalistas da sociedade, ou seja, ela é adaptável, cidades hoje em dia são construídas através de planos diretores de desenvolvimento, planejamentos urbanos e ocupações de espaços que antes parecia impossível ali se construir, isso é perceptível nos dias atuais, com as alianças construídas entre poder público e poder privado.

Com base nesse contexto é importante frisar que a cidade como produto da sociedade urbana capitalista materializa as desigualdades socioespaciais, sobretudo no acesso à renda, trabalho, propriedade e moradia. Assim, o solo urbano é um produto (valor de uso) que a maioria não pode pagar (valor de troca).

É na produção da favela, em terrenos públicos ou privados invadidos, que os grupos sociais excluídos tornam-se, efetivamente, agentes modeladores, produzindo seu próprio espaço, na maioria dos casos independentemente e a despeito de outros agentes. A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo, uma estratégia de sobrevivência. (CORRÊA 1993, p. 30)

Em Campina Grande, este processo de produção do espaço urbano se refaz por meio dos processos e agentes sociais, uma vez que, “são os processos espaciais, responsáveis imediatos pela organização espacial desigual e mutável da cidade capitalista.” (CORRÊA 1993, p.36). E, “afirma-se que processos sociais e agentes sociais são inseparáveis, elementos fundamentais da sociedade e de seu movimento.” (CORRÊA 2011, 44).

Com base neste discurso, Castro (1992, p. 60) ao falar de um Nordeste produzido por suas elites político-econômicas, disse que “é significativa a ambivalência da história política da região, cuja oligarquia, enquanto se apropriava da imagem da pobreza, participava ativamente do bloco do poder do Estado”.

A partir da participação ativa do poder estadual, no fim dos anos 1950 a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) é criada com a justificativa de fomentar a industrialização como forma de superar as dificuldades econômicas dessa região. No entanto, a história nos mostra que o que verdadeiramente estava por trás de tal discurso,

nada mais era do que, um planejamento estratégico de expansão capitalista no país, como bem enfatiza OLIVEIRA (1981, p. 26):

Por outro lado, o projeto inicial da SUDENE, apesar de sua flamante retórica, provavelmente esgotar-se-ia num esforço de coordenação – de duvidosa eficácia, segunda a experiência dessa categoria de planejamento – se não lhe tivesse atribuído a tarefa de ser ‘correia transportadora’ da hegemonia burguesa do Centro-Sul para o Nordeste, pela via de incentivos fiscais do sistema 34/18.

Essa forte alteração na orientação dos fluxos econômicos fez migrar o capital produtivo do Centro-Sul para o Nordeste, materializando-se na crescente instalação de grandes grupos empresariais nesta região. Com o apoio dos incentivos estatais e isenção de impostos, essas unidades produtivas diversificaram sua produção, ampliaram e modernizaram suas empresas ou abriram outras unidades produtivas. O Estado aparece, aqui, portanto, como um componente estratégico de acumulação capitalista, como evidencia ARAÚJO (1997, p.12):

É evidente que o Estado patrocinou fortemente o crescimento econômico das diversas regiões brasileiras. No Nordeste, porém, pode-se afirmar que sua presença foi fator fundamental para explicar a intensidade e os rumos do crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas. Direta ou indiretamente, foi o setor público que puxou o crescimento das atividades econômicas que mais se expandiram na região nos anos 70 e 80.

Com as diretrizes impostas pela SUDENE, formou-se uma divisão territorial do trabalho que impôs ao Nordeste se tornar a Região fornecedora de matérias-primas para as demais Regiões a exemplo do Sul e Sudeste, com isso o capital internacional que que concentrou investimentos no Sul e Sudeste do Brasil, culmina numa nova indústria modernizada, enquanto a dinâmica econômica do Nordeste a exemplo da Cidade de Campina Grande em que esteve por muitos anos centrada nas atividades de beneficiamento do algodão – não encontrou mercado para sobreviver. Conforme isso acontecia as políticas territoriais das grandes empresas optam por descentralizar suas indústrias e direcionam seus investimentos para outras porções do território brasileiro.

A estratégia dessa desconcentração espacial é a de recomposição dos lucros do capital e aumento da produtividade. Este quadro explica o fato de que as empresas vêm se transferindo principalmente para lugares onde possam encontrar uma boa situação geográfica (SPOSITO, 2006), isto é, terras e mão-de-obra baratas, incentivos fiscais, isenção de impostos, mercados consumidores na “periferia” do sistema e outras benesses para o capital.

A urbanização, a partir dos anos 1950, chega junto com as novas transformações de ordem econômica, social e dos sistemas de transportes e comunicação. O fator crucial desta

urbanização, agora mais acelerada e marcante, deve-se à ampliação da mobilidade da população através de intensas migrações.

A falta de terra e a seca castigante empurram a população rural para as cidades na espera de uma vida melhor, que não chega. Um dos mais importantes programas que contemplou estas cidades na década de 1970 foi o Programa de Cidades Médias, o qual resultou da iniciativa da Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana possuindo uma abrangência nacional, e tendo sido de muita importância para as cidades onde foi adotado. Segundo ROCHA (2005, p. 184):

Para essas cidades, o Programa de Cidades de Porte Médio foi um marco, tendo em vista que, com os recursos desde, foi implementado o planejamento urbano local, de modo que as cidades contempladas passaram a contar com vários equipamentos urbanos até então inexistentes, proporcionando melhores condições de vida às suas populações.

Com a chegada dessas novas transformações e ordem econômicas a se desenvolver na região, as cidades nordestinas de porte médio, foram abrindo seus mercados para se tornarem referências no mercado de troca, o que trouxe como consequência também desenvolvimento e visibilidade em outras áreas da região, como administrativas, militares e religiosas, afirma SANTOS (2009):

Os núcleos populacionais nordestinos foram evoluindo para condição de cidade à medida que iam encontrando aberturas para se tornarem centros de trocas de mercadorias. Alguns, antes de se tornarem centros de convergência da produção regional, foram alvos de atividades eminentemente administrativas, militares e religiosas. Verificamos que algumas cidades nordestinas são herdeiras de uma tradição econômica surgida em períodos anteriores, mas cuja especialização se perfaz em décadas recentes. Cidades sertanejas como Campina Grande (PB), Mossoró (RN), Sobral (CE) e Caruaru (PE), em um primeiro momento se conformam em empório comercial, ou seja, como centros repassadores da produção do seu espaço regional e também como sede de fábricas, indústrias e prestação de serviços. (SANTOS, 2009 p. 101).

Diante do exposto, no próximo tópico iremos fazer algumas reflexões acerca da funcionalidade da relação entre poder público e privado e a forma como ela se intensificou ao longo do tempo, influenciando assim o crescimento e a reprodução do espaço urbano dentro de uma contextualização histórica da habitação social no Brasil.

2.1 Habitação Social No Brasil, Origens E Perspectivas

As origens da habitação social no Brasil se dá ao longo do tempo como uma forma de “higienizar as cidades”, estas, decorrentes do acelerado processo de urbanização, o referido processo, é responsável por apresentar as deficiências de uma cidade, em decorrência do crescimento populacional, principalmente de operários que se deslocaram do rural para o

urbano, com o objetivo de melhores condições de vida, desse modo, ocorreu também o aumento da construção de casas operárias para a moradia desses cidadãos.

Nessa época, final do século XIX e início do século XX, a população operária era responsável pela grande parte da população suburbana, dessa forma, surge a necessidade de uma atenção maior às questões de saneamento básico e higienização paisagística, esta última, fortemente presente nos dias atuais, por não se trata apenas de uma questão de higiene e sim de interesses capitalista. Como afirma Maricato (2000, p.22):

As reformas urbanas, realizadas em diversas cidades brasileiras entre o final do século XIX e início do século XX, lançaram as bases de um urbanismo moderno “à moda” da periferia. Realizaram-se obras de saneamento básico para eliminação das epidemias, ao mesmo tempo em que se promovia o embelezamento paisagístico e eram implantadas as bases legais para um mercado imobiliário de corte capitalista. A população excluída desse processo era expulsa para os morros e franjas da cidade.

Considerando este processo de higienização, em decorrência das problemáticas apresentadas pelos cortiços, que foi um modelo de habitação que se intensificou após a abolição da escravatura, eram construídos com o intuito de atender as camadas mais pobres da sociedade, devido aos altos custos dos aluguéis, como também a construção de casas adequadas para se morar, entretanto, era mais vantajoso para as classes dominantes conviver com os operários, do que a construção dos cortiços, porém, a mencionada classe, apresentava preconceitos e regras para que estas vilas operárias fossem construídas, de preferência que não fossem construídas em áreas nobres, que barganha uma grande visibilidade e credibilidade frente aos interesses capitalistas, como destaca Villaça (1986, p.17):

Para a classe dominante, evidentemente, era mais fácil conviver com as vilas operárias do que com os cortiços. A única restrição feita pela legislação era que as vilas não fossem construídas em locais nobres ou potencialmente nobres. As intenções segregacionistas que visavam mantê-las afastadas dos locais de interesse da burguesia ficam claras, por exemplo, no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894. Apesar das vilas serem consideradas, na época, modelos de “habitação higiênica”, esse Código determinava que elas “...seriam estabelecidas fora da aglomeração urbana”. A Lei Municipal nº 413 de 1901 isentava de impostos as vilas operárias construídas “...fora do perímetro central” (VILLAÇA, 1986, p. 17).

Para tanto, em concordância com as reflexões apresentadas acima, ressalta-se que, a classe dominante determinava onde as vilas operárias eram construídas, com o objetivo primordial de afastá-las dos bairros nobres e com a ideia de “limpar” a cidade no sentido paisagístico, tendo em vista o modelo que essas vilas eram construídas, normalmente demandavam esses operários para construírem suas vilas nas extremidades da cidade, iniciando

assim um processo de segregação, em troca ofereciam-lhes isenção dos impostos pagos caso fossem construídas no perímetro central da cidade.

Vale salientar que esse modelo habitacional no tempo considerado higiênico, não era só pelo fato paisagístico, mas também uma forma de higienizar as classes e sociedades, isso de acordo com o capital que aquela determinada sociedade apresentava, além disso, higienizava também as culturas, pois o determinado comportamento de um cidadão que nasce e cresce num subúrbio torna-se diferente de um cidadão que nasce e cresce em um bairro nobre, isso torna-se explícito na maneira de falar, no seu comportamento perante a sociedade, nas músicas que ouvem, nas roupas que vestem, entre outras costumes, ou seja, é um processo de separação das classes, e não apenas de higienização da cidade, higienizando a sociedade na sua totalidade, não apenas o visual, mas também as culturas e comportamentos.

Desse modo, apesar da existência dos programas sociais para atender a classe mais necessitada, o país ainda apresenta grande dificuldade para executá-los e de fato fazer como que eles atendam o seu público alvo, sem tirar nenhum direito ou comodidade/conforto que aquela determinada população venha a ter, consequência do sistema capitalismo, apresentando também forte influência da política, seu principal aliado, ambos andam lado a lado para fortalecer um ao outro, deixando a mercê quem de fato constrói o país e faz com que ele se desenvolva, assim como, se desenvolveu ao decorrer desses anos, nos apresentando novas realidades frente ao seu modelo de crescimento urbano e habitacional.

Tais fatores, são atrelados a lei do inquilinato¹ que teve forte influência no processo habitacional, impedindo assim a crescente produção de moradia para locação liderados pelo setor privado, foi a partir da lei do inquilinato que os trabalhadores puderam pensar na ideia de ter sua casa própria, devido a diminuição de atração que a produção das moradias de aluguel tinha sobre os investimentos, e que o congelamento dos aluguéis causou, como descreve Bonduki (2004):

O congelamento dos aluguéis, determinado em 1942 por este regulamento de Getúlio Vargas, teria desestimulado a produção de moradia para locação pelo setor privado e com isto levado os trabalhadores a buscar os loteamentos de periferia, até então pouco ocupados (BONDUKI, 2004, p.12).

[...]Além disso, no mesmo período consolidou-se a aceitação, pelo Estado e pela população, de alternativas habitacionais precárias, ilegais e excluídas do âmbito capitalista, como a favela e a casa própria em loteamentos clandestinos e desprovidos de infraestrutura. Este processo ocorreu numa conjuntura dinâmica de transformações

¹ A Lei do inquilinato, atuou para refrear a forte atração que a produção de moradias de aluguel exercia sobre os investimentos, para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho e, em consequência, os salários, e para difundir a pequena propriedade entre os trabalhadores. Estes objetivos foram centrais na montagem do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro no período pré-64 e deixaram marcas profundas no perfil das cidades brasileiras. (BONDUKI, 2004 p.210).

políticas, urbanização, crescimento econômico, mobilização popular e redesenho urbano (BONDUKI, 2004, p. 209).

Comparando com o contexto atual, mais especificamente na realidade de Campina Grande, o Complexo habitacional Aluízio Campos também apresenta uma determinada segregação da população pobre, em conformidade com a citação apresenta um modelo de segregação inserida nas “franjas” da cidade de Campina Grande, ou seja, nas extremidades, redesenhando assim o espaço urbano o que compromete em uma melhor qualidade de vida para os moradores residentes daquele local.

Diante do exposto, o próximo tópico é explicitado as considerações referentes a particularidade do município de Campina Grande, no que diz respeito a reprodução do espaço urbano Campinense.

3 REPRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO CAMPINENSE

A cidade de Campina Grande nasce como marco de pouso dos tropeiros no século XVII, portanto, seu crescimento está diretamente ligado à atividade pecuária, que se enraizou no interior nordestino e dava ênfase ao comércio de gado e gêneros alimentícios, como também a feira de gado e a feira livre, ao passar do tempo e com a forte influência das atividades econômicas do litoral. Segundo Câmara 1988, Campina Grande torna-se um grande berço de escoamento da produção algodoeira realizada no semiárido nordestino.

Desse modo, a reprodução do espaço urbano campinense está associada aos seus fatos históricos de desenvolvimento, em especial o da produção do algodão que trouxe inúmeros benefícios para o crescimento urbano da cidade, assim como sua forte cultura ainda existente, principalmente, no que se refere às feiras centrais e de bairros.

Entretanto, Campina Grande também se apresenta no mercado como uma das melhores cidades do país receptoras de grandes empresas e a terceira mais inovadora do Brasil segundo o Índice de Cidades Empreendedoras (ICE) 2023, que analisa e compara ecossistemas empreendedores, criado pela Endeavor e produzido pela Escola Nacional de Administração Pública (Enap) que por conseguinte, faz girar renda e emprego, auxiliando no crescimento urbano e socioeconômico da cidade, apresentando forte influência no estado e sobre outros municípios, as referidas empresas são bastante comuns, como é o caso de construtoras, empresas de celulose, do mercado têxtil, mercado imobiliário, da borracha e entre outras, ela centraliza as principais atividades econômicas que fazem com que uma cidade cresça e desenvolva-se de maneira homogênea e rápida.

Todavia, para que essas empresas sejam instaladas na cidade é preciso ocupar um determinado espaço, o que favorece o setor econômico e aumenta os fatores de formação socioespacial que causam a desigualdade, transformando assim as áreas que já eram ocupadas em áreas periféricas ausentes de serviços essenciais e causando também a dispersão, tirando dessa população o direito à cidade que como afirma Harvey:

(...) o direito à cidade é o direito de transformá-las em algo radicalmente diferente: o de participar dos processos de transformação das cidades que normalmente são construídas segundo os interesses do capital em detrimento das pessoas. A luta pelo direito à cidade é uma luta contra o capital. (PÓLIS, 2009, n.p).

Isto é, o direito à cidade permite a população participar direta ou indiretamente das transformações dela, que normalmente são construídas segundo o interesse do capital, favorecendo a população elitista, que ocupa espaços que contêm mais serviços, dispersando

assim a população que tem baixos recursos financeiros, o que transforma a cidade em um local com diversos investimentos em mobilidade de capitais, em contrapartida, deixa essa parcela da população carente de recursos financeiros, estagnada, por não se dá continuidade ao processo de ocupação territorial, cria-se assim um termo nomeado por Milton Santos de cidade espraiada que segundo Maia (2010), ocorre quando devido a ação dos agentes de produção este espaço urbano entra em ação, são eles: o Estado e os incorporadores imobiliários, principais responsáveis por todo o espraiamento da cidade configurando um tipo de cidade com características de fragmentação, periferização e dispersão.

O Estado torna-se o principal agente modificador deste espaço, pois o mesmo escolhe áreas não antes ocupadas para se construir conjuntos habitacionais, como é o caso do objeto de estudo, o complexo habitacional Aluizio Campos, sob a forma como este agente modificador do espaço age, em conformidade com o seu outro agente, o imobiliário, Maia (2010) afirma que:

O Estado elege como área para construir grandes conjuntos habitacionais, em áreas distantes dos bairros ou mesmo onde estavam alocadas pessoas de baixa renda. Se por um lado esse investimento promove a regularização fundiária e uma melhoria na qualidade habitacional, por outro lado dá continuidade ao antigo processo de promover a valorização de áreas não edificadas, contribuindo para o enriquecimento dos proprietários fundiários e para o empobrecimento da classe trabalhadora, uma vez que esta passa a habitar cada vez mais distante do local de trabalho e dos serviços necessários.” (MAIA, 2010, n.p.).

Destarte, é o que acontece com a população do Aluizio campos, uma vez que a área não antes edificada cria uma nova valorização no espaço construído e uma regularização fundiária, permitindo assim que novas construções sejam realizadas no perímetro, valorizando o local, dessa forma, conforme as reflexões de Maia, se por um lado, enriquece os proprietários fundiários, por outro, empobrece a classe trabalhadora, apesar do serviço de mobilidade urbana funcionar deixa distante a população que ali habita do seu trabalho e serviços essenciais.

Por conseguinte, no próximo tópico, são abordados os processos de periferização e dispersão que esses agentes causam na cidade, vale ressaltar que, o Complexo Aluizio Campos, é um importante polo de interesse do capital, com sua construção, amplia-se a referida dispersão criando uma periferização da sua área.

3.1 Periferização E Dispersão

A periferização se caracteriza pela forma como as cidades se expandem, um dos motivos são os grandes loteamentos, estes construídos nas extremidades da cidade, e destinados às populações com maior poder aquisitivo, mas também caracterizado pelos loteamos clandestinos

e irregulares algo que destina-se aos grupos em vulnerabilidade socioeconômica, como citado anteriormente por Santos (1993), que define esse conceito como urbanização espraiada, termo tipificado pela fragmentação, periferização e dispersão dessa população. Neste contexto, segundo o referido autor, compreende-se que a periferização é um processo no qual a edificação de novas áreas residenciais não se deu de forma contínua à malha urbana, mas sim, a partir de grandes vazios urbanos:

(...) e sobretudo as grandes, ocupam, de modo geral, vastas superfícies, entremeadas de vazios. Nessas cidades espraiadas, características de uma urbanização corporativa, há interdependência do que podemos chamar de categorias espaciais relevantes desta época: tamanho urbano, modelo rodoviário, carência de infraestruturas, especulação fundiária e imobiliária, problemas de transporte, extroversão e periferização da população, gerando, graças às dimensões da pobreza e seu componente geográfico, um modelo específico de centro-periferia. (SANTOS, 1993).

Ainda em conformidade com os estudos de Santos, o termo periferia tem como um dos principais fatores o surgimento dos grandes vazios urbanos, fruto de ações do estado, principal agente modificador deste espaço, é comum observar durante todo o processo de urbanização não só da cidade local mas a nível nacional, o interesse das companhias privadas e a facilidade que o Estado lhe concedia para permitir a criação desses novos bairros, ocupando esses vazios urbanos e causando uma dispersão da população e segregação espacial, o fato é que o crescimento urbano muito se dá pela criação destes novos bairros criados na periferia da cidade, a exemplo de São Paulo e Rio de Janeiro, sobre a forma como o crescimento urbano se intensifica, Salgueiro afirma que:

(...) o crescimento urbano faz-se por adição de bairros novos, quase sempre na periferia, e por renovação, pontual ou em conjuntos com certa dimensão, nos tecidos herdados. Deste modo a cidade contém manchas, mais ou menos extensas, e testemunhos pontuais de várias épocas” (SALGUEIRO, 1992, p. 385).

Maia, (2010, n.p.) destaca que “A expansão da malha urbana, ou mesmo o que se comumente diz, o crescimento urbano, ocorre predominantemente em direção às áreas externas à área ocupada, criando na maioria das vezes grandes manchas.” dessa forma, evidencia-se o caso do Complexo Aluizio Campos, criado distante da malha urbana, localizado na extremidade da cidade que assim produz a periferização da mesma. De acordo com Maia (2010), a denominação de periferia é alterada por nomes como bairro ou conjunto:

(...)uma periferia construída com condomínios residenciais para a população de alta renda, que normalmente não é conhecida ou denominada de periferia, mas sim pelo nome do bairro que passa a constituir e uma outra periferia produzida para a população trabalhadora, com habitações precárias e insuficiência dos equipamentos urbanos. (MAIA, 2010, n.p).

Maia salienta que a periferia para a classe trabalhadora não se constitui de forma homogênea devido a forma como se configura em relação com suas construções:

Entretanto, há que se destacar que a periferia destinada à classe trabalhadora, também não se constitui enquanto um espaço homogêneo, há várias periferias que a constitui: a dos conjuntos habitacionais populares, a dos loteamentos irregulares e ainda a das favelas. (*Ibid.*, n.p).

A periferização de Campina Grande se destaca ao longo do tempo com uma forte intervenção do estado nos anos de 1964-1986, ano que se instaura o Governo Militar e cresce a necessidade de moradia da classe de baixa renda, com isso, o Estado cria o Plano Nacional de Habitação e o Banco Nacional de Habitação (BNH). A ação estatal foi regulamentada pela Lei nº 4380 de 1964, com base nesta lei o Estado fomenta a construção de “habitações de interesse social e o financiamento da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda” (Art. 1).

A partir da discussão o item que segue busca abordar, dados sobre a caracterização geográfica do complexo Aluizio Campos, objeto de estudo e discussão deste trabalho.

4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA DO COMPLEXO ALUÍZIO CAMPOS

O Complexo Aluízio Campos é considerado um dos maiores conjuntos habitacionais do Nordeste – com 4.100 unidades, entre casas e apartamentos (Figura 01), com um total de 20 mil habitantes aproximadamente, dos 223 municípios paraibanos, o complexo apresenta uma população superior a 180 municípios, apenas esse dado dá uma noção da dimensão do projeto concebido pela então gestão de Romero Rodrigues na época (PSDB).

Esta foi uma obra proposta pela FIEP e pela Prefeitura Municipal de Campina Grande sob a segunda gestão do prefeito da época (2019) Romero Rodrigues como uma oportunidade de desenvolvimento regional de longo prazo, constituindo um sistema-polo estratégico, “sinérgico, sustentável e integrado” (MIRANDA, 2019).

Figura 1– Imagem do complexo habitacional Aluízio Campos



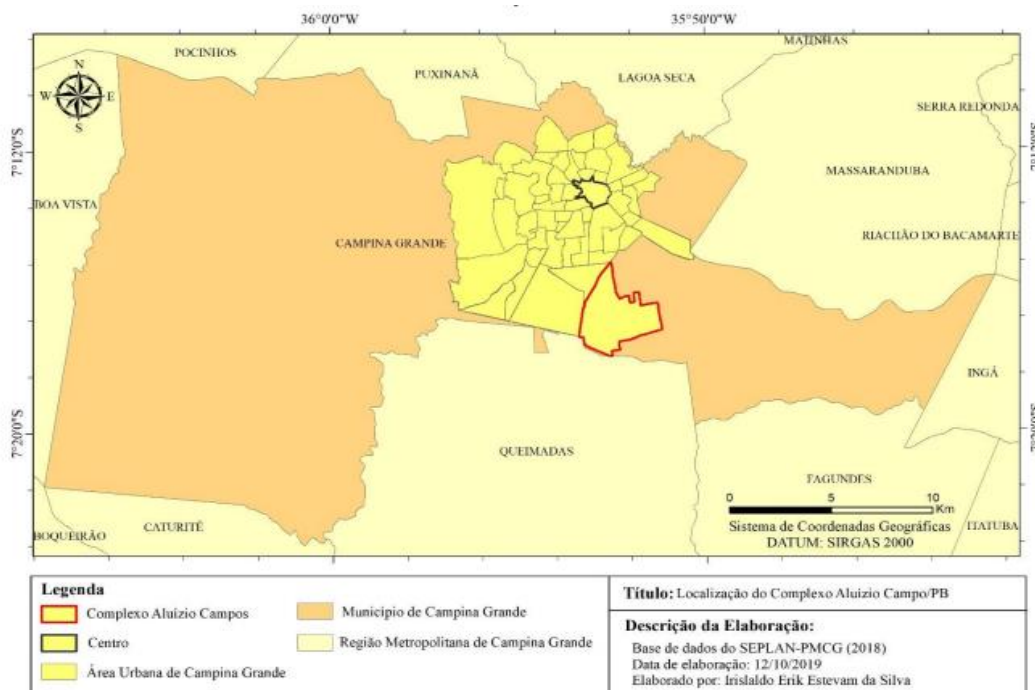
Fonte: RODRIGUES, 2023.

Abordar a produção do espaço urbano através da atuação do Estado na cidade é importante pois, através das construções dos conjuntos habitacionais e a localização dos mesmos é possível compreender as intencionalidades que o Município de Campina Grande deseja impor por meio da política habitacional no modo de habitar e de onde viver a população que irá constituir esse empreendimento.

Para tanto, destaca-se o Estado como principal agente mediante o processo de incorporação das imensas parcelas de terras à lógica da produção imobiliária do espaço urbano campinense. Assim, no que diz respeito aos empreendimentos e a construção da habitação nos “[...] interessa saber por que ela se localiza, onde se localiza e quais as implicações disso. Não se trata apenas de partir do social para explicar o espaço, mas, ao contrário, é importante também partir do espaço para explicar o social.” (VILLAÇA, 2001, p. 36).

Estudar essa realidade é importante para que possamos compreender como se efetiva essa construção de conjuntos habitacionais em determinadas regiões das cidades, bem como o que se pretende impor (mesmo que implicitamente) para a população nessas localidades, abaixo, é explanado o mapa da localização do Complexo Aluízio Campos (figura 2), e posteriormente, é abordado, informações sobre sua construção.

Figura 2 - Mapa da localização do Complexo Aluízio Campos em Campina Grande -PB



Fonte: SILVA, 2019.

Acima podemos ver em destaque representados no mapa a localização do Aluízio Campos em vermelho, seguido da área urbana de Campina Grande destacada em amarelo, o centro da cidade destacado em preto, o município de Campina Grande destacado em cor laranja e na cor creme a Região metropolitana de Campina Grande.

Considerado o maior empreendimento do programa Minha Casa, Minha Vida e o maior conjunto habitacional do Brasil, o Complexo Habitacional Aluízio Campos (Figura 1) foi inaugurado em 11 de novembro de 2019 em Campina Grande no nordeste brasileiro.

O empreendimento foi contratado no âmbito do subprograma Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU), com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR). O Governo Federal e a prefeitura da cidade investiram cerca de 233,7 milhões e 1,7 milhão de reais respectivamente para a melhoria das condições de vida e moradia da população.

O residencial conta com 3.012 casas e 1.088 apartamentos destinados às famílias com renda mensal de até 1,8 mil reais e foi construído para abrigar mais de 16 mil famílias. As casas possuem área de 43,34 m² cada, já os apartamentos, 48,52 m². Cada imóvel foi dividido em dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área de serviço, tudo para o melhor conforto das pessoas que habitam o local. (CORREIO, 2019).

Para abrigar de forma integral as famílias contempladas, estão presentes equipamentos públicos de interesse social. Foram construídas três creches, duas escolas de ensino fundamental, duas Unidades Básicas de Saúde da Família, duas academias da saúde e um Centro de Referência da Assistência Social (CRAS). Foram disponibilizados para a população as atividades do CRAS, o Programa Criança Feliz, que realiza o acompanhamento em domicílio de crianças de 0 a 3 anos e de 0 a 6 anos (com deficiência) bem como das gestantes (CORREIO, 2019).

Saneamento básico completo, coleta de lixo programada desenvolvida especialmente para o local e o Programa Recicla Campina foram implementados a fim de promover a conscientização sobre a importância e a participação da comunidade quanto à reciclagem de resíduos sólidos e rejeitos. Além de ganhar um Jardim Botânico, o Complexo conta com o projeto “Minha Árvore” para estimular a população na conscientização da preservação ambiental e ainda recebeu duas linhas de transporte coletivos para melhor atender aos mutuários. (CONSTRUÇÃO, 2020).

Mesmo com todos esses serviços dedicados a população, o projeto do complexo precisou ser adiado algumas vezes como cita a matéria do portal CORREIO, (2019):

A entrega do Conjunto Aluizio Campos teve a data adiada algumas vezes, em função de se buscar compatibilizar as agendas entre as autoridades municipais e federais. Além de grande avanço no combate ao déficit habitacional em Campina Grande, a entrega do núcleo revitaliza aquela área da cidade, visto que em seu entorno muitas atividades estão projetadas, além da extensão das linhas de transportes urbanos. (PORTAL CORREIO, 2019).

Portanto o Aluizio Campos oferece a população campinense conforto, qualidade de vida e infraestrutura básica de sobrevivência, oferecendo aos contemplados a oportunidade única de ter um imóvel próprio em seu nome, realizando de tal forma, o sonho da casa própria.

4.1 Agentes Determinantes Do Problema Da Moradia Do Aluizio Campos

Com forte influência dos setores político-partidário como também relações entre gestão pública e parceira privada, o complexo nasce tendo como principais agentes determinantes/articuladores de sua construção, os agentes econômicos e políticos, influentes

direta ou indiretamente na agenda urbana do desenvolvimento campinense, as adversidades da sua moradia envolve muito mais problemáticas do que aquelas que apenas são responsáveis pela alteração do seu espaço, ou seja, tem início com a sua relação histórica ao decorrer do tempo, como também com os grupos familiares dominantes, apresentando forte influência na agenda e nos processos de desenvolvimento urbano, tendo como fator primordial a dominação predominante de propriedades de terras desde o século XIX que com o processo de industrialização do Brasil no século XX cresceu, gerando assim, a ampliação de patrimônios dos referidos agentes.

É importante frisar que o Complexo Aluizio Campos faz parte de um projeto de desenvolvimento urbano campinense que compõe o Plano Estratégico de Desenvolvimento Campina Grande 2035 (PED-CG 2035). O PED-CG 2035 não abrange apenas o município de Campina Grande; foram também inseridos outros cinco municípios: Lagoa Seca, Queimadas, Boa Vista, Massaranduba e Fagundes (MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PEG CG 2035, 2017).

Vale ressaltar que a inclusão desses municípios no plano levou em consideração apenas a vizinhança entre os limites municipais, sem avaliar a rede de relações que se estabelece na Região Intermediária de Articulação Urbana de Campina Grande (IBGE, 2017) ou na Região de Influência da Cidade (IBGE, 2007 e 2020), ou ainda o Arranjo Populacional de Campina Grande, onde se identificam as densidades de movimentos pendulares para o estudo e para o trabalho na aglomeração (IBGE, 2015).

Na “visão de futuro” do plano estratégico foram previstas 30 metas mobilizadoras a serem alcançadas até 2035 em Campina Grande e 15 metas para cada um dos municípios. Foram previstos, ainda, no mesmo documento, 28 desafios estratégicos, com o objetivo de alcançar até 2025 e 13 programas estratégicos para realização em curto prazo (até 2020). Esses programas foram subdivididos em 74 projetos, sendo 39 privados ou em parcerias e 35 públicos.

As metas estão subdivididas em três grandes eixos comuns a todas as cidades partícipes: prosperidade, qualidade de vida e governo eficiente. Dentre esses programas, apenas o Aluizio Campos está em processo de desenvolvimento até o momento, especificamente o projeto de construção do complexo logístico, industrial e habitacional (MACROPLAN; FIEP; COMITÊ GESTOR DO PEG CG 2035, 2017).

Todo o projeto de desenvolvimento ligado ao Aluizio Campos tem como objetivo pelo PED- CG 2035 fazer dele: um complexo que tenha em seu eixo de desenvolvimento estratégias de prosperidade a vistas de potencializar a cidade *loco* como uma cidade de forte inovação, criatividade e cidade inteligente, correlacionando tudo isso a sua economia, criando assim uma

identidade de região competitiva e empreendedora, competente e inovadora. Contudo, o referido projeto apresenta deficiências no que se refere a sua concretização, pois exige uma série de adaptações e investimentos, tanto físicas como virtuais e sobretudo de mão de obra qualificada não existente em Campina Grande, gerando assim forte desarmonia entre o projeto e sua realidade local.

No plano, o complexo Aluizio Campos traz uma ideia de gestão compartilhada em parceria público-privada, para que assim seja livre da gestão dos grupos políticos ligados diretamente a questão do desenvolvimento urbano campinense, e assim tirar essa dominação de poder desses grupos políticos e familiares dominantes não só do desenvolvimento urbano da cidade mas também da forte influência política na gestão dela e de outros setores da economia campinense, sobre a ideia desta gestão partilhada em parceria do público-privado Moraes fala:

Os proponentes do plano apontaram para a necessidade de promover uma “blindagem política” dos vários empreendimentos que o compõem, por meio de parcerias públicoprivadas, tornando-os menos vulneráveis às disputas dos grupos políticos. No caso do Complexo Aluizio Campos, por exemplo, os estudos apontam que o modelo de gestão do empreendimento deve ser estruturado a partir da concepção de gestão compartilhada, com a iniciativa privada ficando responsável pelas definições referentes ao desenvolvimento econômico do complexo e a prefeitura restrita ao papel de regulador e fiscalizador para garantir as condições de sustentabilidade ambiental e social. Pôde-se perceber que há um reconhecimento, entre os agentes que compõe a articulação, que os particularismos têm comandado as relações políticas e podem ser obstáculos do desenvolvimento que se quer alcançar. Ao mesmo tempo, configuradas as relações familiares evidenciadas anteriormente, observa-se que se quer garantir o controle do processo por determinados grupos. (MORAES, 2020 et.al. p.8).

O complexo Aluizio Campos, ao longo de toda essa discussão apresenta fortes pontos de estratégias, desde sua ideia de modernização, inovação e tecnologia da cidade e para a cidade, como também a forte intervenção dos interesses capitais, numa concepção público-privada traz consigo uma articulação protagonizada por lideranças políticos empresariais em parceria com o governo municipal, ele demonstra relações desarmônicas entre o estado, o mercado e a sociedade como afirma Moraes:

Fruto da articulação de agentes econômicos e políticos influentes na agenda urbana de desenvolvimento campinense, o Complexo Aluizio Campos expressa relações assimétricas entre o estado, o mercado e a sociedade. O bloco hegemônico local que parece mais evidente é formado por uma articulação público-privada protagonizada por lideranças políticoempresariais locais em parceria com o governo municipal, entre os quais se destacam a FIEP, CDL e ACCG. Eles estão interessados nos ativos econômicos do complexo, de modo especial, os componentes industrial e logístico, e até então foram beneficiados com a aquisição de lotes para a instalação de empreendimentos no setor industrial, logístico e habitacional. Já o governo municipal possui um papel relevante na concepção, execução e captação de recursos necessários às infraestruturas e serviços para viabilizar esses componentes. (MORAES, 2020 et.al. p.13-14).

Vale salientar que essa representatividade dos grupos empresariais constitui importante grupos deliberativos, propositivos e fiscalizadores associados ao complexo, como demonstra Moraes, Miranda e Lima, são eles:

(...)Agência Municipal de Desenvolvimento (AMDE), a ACCG, CDL e FIEP são parte do Comitê Municipal de Desenvolvimento Econômico (CMDE), atualmente responsável por avaliar e deliberar sobre a venda de lotes e implantação de empresas nos setores industrial e logístico do complexo. Entre essas instituições, a FIEP ainda possui uma atuação especial, já que com a SUDENE, a PMCG e o IFPB, financiou e coordenou a concepção do empreendimento articulado ao PED-CG 2035, além de possuir expressivo poder decisório sobre o complexo através do comitê gestor. (MORAES, 2020 et.al. p.14).

A elaboração destes grupos empresariais dominantes muito se dá por meio de relações particularistas, muitos destes empresários são sócios ou se tem relações mais próximas com famílias de políticos locais ou são de famílias tradicional local que domina o poder político e econômico da Paraíba, outros agentes políticos desta configuração são ou estão correlacionados as doações em campanhas eleitorais e/ou declarações e apoios públicos a candidatos em período eleitoral.

Essas conexões segundo MORAES (2020), podem garantir inúmeros benefícios a estes agentes para melhor aproveitar o objeto de estudo citado neste trabalho, as alterações de legislações, a elaboração de planos e projetos, a participação em comitês e conselhos, a viabilização institucional de contratos e empreendimentos e a ocupação de empresários em cargos estratégicos do governo municipal, algo que traz por consequência no aproveitamento e desenvolvimento do local a dinâmica proposta não só pelo ramo político mas também empresarial e as influências destes agentes na construção do mesmo frente ao interesse do capital.

Como visto, o complexo Aluizio Campos tem um valor não só econômico, mas também valor significativo de interesses políticos e privados, com o plano PED – CG 2035, o objetivo é que a gestão do complexo seja compartilhada garantindo assim um melhor aproveitamento do desenvolvimento do local, seja no âmbito territorial, econômico ou social.

Não obstante a isso, o complexo traz consigo a ideia de ser um “colírio” aos olhos das famílias que permeiam os cargos políticos campinense, com isso sofre influência em seu processo de desenvolvimento urbano por ter articulações entre o público e o privado que acaba gerando brechas nos órgãos fiscalizadores para que assim possam transformar aquele espaço em conformidade com seus interesses.

Diante do exposto até aqui, no próximo tópico iremos abordar reflexões no que se refere a óptica do Aluizio Campos frente aos interesses capitalistas, correlacionando com todas as questões políticas, a relações socioespacial e econômica, caracterizado como forma de objeto de interesse capitalista, vista principalmente por aqueles agentes que modelam ou alteraram de alguma forma o seu espaço e o modo e qualidade de vida dos que nele faz morada.

4.2 O Complexo Aluizio Campos E Sua Óptica Frente Aos Interesses Do Capital Campinense

O complexo Aluizio Campos demonstra durante seu processo de construção, uma forte dependência da política governamental nos âmbitos municipal, estadual e federal e também da política empresarial, falar dos interesses capitalistas sobre uma óptica do capital campinense nada mais é que dialogar com a população o que está nos bastidores de uma construção como essa, quais as vantagens e desvantagens, e se de fato o espaço atende as necessidades da população ou torna-se apenas algo ilusório.

A influência do estado municipal como agente mediador deste processo de interesse capitalista tem fortes relações com as camadas da sociedade e neste contexto se apresenta de forma instituidora de marcos legais em que mantém a ordem entre os diversificados grupos sociais que os compõem, de acordo com Harvey (2006, p.78):

Necessariamente o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tende a assumir uma existência “independente” para garantir o interesse comum, torna-se o lugar de um “poder alienígena” por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos [...] Esses diversos instrumentos de dominação – em particular a lei, o poder de tributação e o poder de coação – podem ser transformados pela luta política em instrumento para dominação de classe.

Neste contexto, o Estado moderno torna-se agente mediador e até mesmo determinante frente aos interesses capitalistas, no que se refere à produção do seu espaço e da sociedade urbana. A partir do que evidencia Capel (1983), o Estado, enquanto agente produtor (e até agente determinante) pode intervir de maneira mais ou menos intensa na produção do espaço urbano.

Ora agindo e mediando os conflitos existentes entre as classes, ora servindo de aliado para os grandes proprietários do solo dentro da cidade ou até mesmo realizando os dois processos paralelamente. Assim, o tecido urbano é afetado pelas decisões dos proprietários do solo e pelos donos dos meios de produção. “O espaço urbano capitalista é um produto social,

resultado de ações acumuladas através do tempo e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço.” (CORRÊA, 1999, p. 11).

Neste sentido, constata-se que todo o processo de criação do complexo Aluizio Campos se torna dependente desses interesses capitalistas embasados pelos agentes determinantes destes processos, uma vez que os mesmos são responsáveis no que se refere à produção e alteração do espaço, mediante a seus interesses políticos e capitalistas, deixando muitas vezes a sociedade que é também um agente modificador deste espaço, com o seu direito à cidade em sua maioria negado, vale salientar como já citado anteriormente, este espaço é construído de acordo com seus interesses, interesses de quem é detentor do capital e das terras que estão envolvidas em toda política habitacional de construção do complexo, deixando a sociedade em último plano, desta forma, é possível afirmar que o objeto de estudo torna-se uma “mina de ouro” para os interesses capitais e de seu detentores.

No Aluizio Campos isso ocorre quando o acesso ao transporte público é limitado, dificultando a locomoção da população que lá habita para outros eixos da cidade. É importante frisar também que o espaço, apesar de apresentar alguns serviços essenciais como escola, posto de saúde e etc, deixa a desejar em outros, como opções de lazer e acesso a segurança.

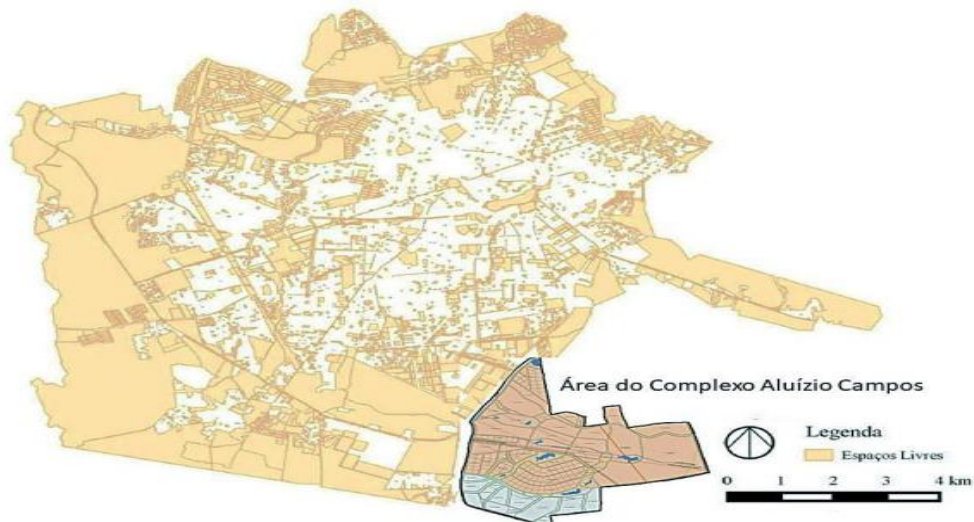
Tudo isso ocorre devido as transformações espaciais ocasionadas pelos interesses desses detentores de capital que por consequência deixam a população sem o seu direito á cidade e modelam ao mesmo tempo como será a dinâmica da construção espacial no complexo e a qual tipo de população ela será destinada.

Harvey (2006), afirma que a cidade é um ótimo campo para que o capitalismo se concretize de forma ampla, levando em consideração a sua máxima de produção, de acumulação e de poderio, tudo isso é perceptível na ascensão da construção da cidade e a produção do seu espaço “(...) onde o excesso de capitais superacumulados podem mais facilmente ser absorvidos, criando novos mercados e novas oportunidades de investimentos rentáveis.” (HARVEY, 2006, p. 116). Estas oportunidades surgem principalmente quando o Estado facilita os incentivos em prol da iniciativa privada.

A visto disso, é necessário enfatizar a localidade em que o complexo foi construído, um espaço antes não ocupado de repente vira meio de especulação imobiliária e valorização, dessa forma, um questionamento é relevante: "porque não se construir imóveis dentro da malha urbana campinense, uma vez que facilitaria o acesso aos serviços comuns e direito à cidade?". Na figura abaixo o autor mostra detalhadamente os espaços vazios na cidade de Campina

Grande no intuito de demonstrar que se tem espaço dentro da malha urbana para construção imobiliária, (figura 3):

Figura 3 - Mapa dos vazios urbanos e espaços livres da cidade de Campina Grande-PB



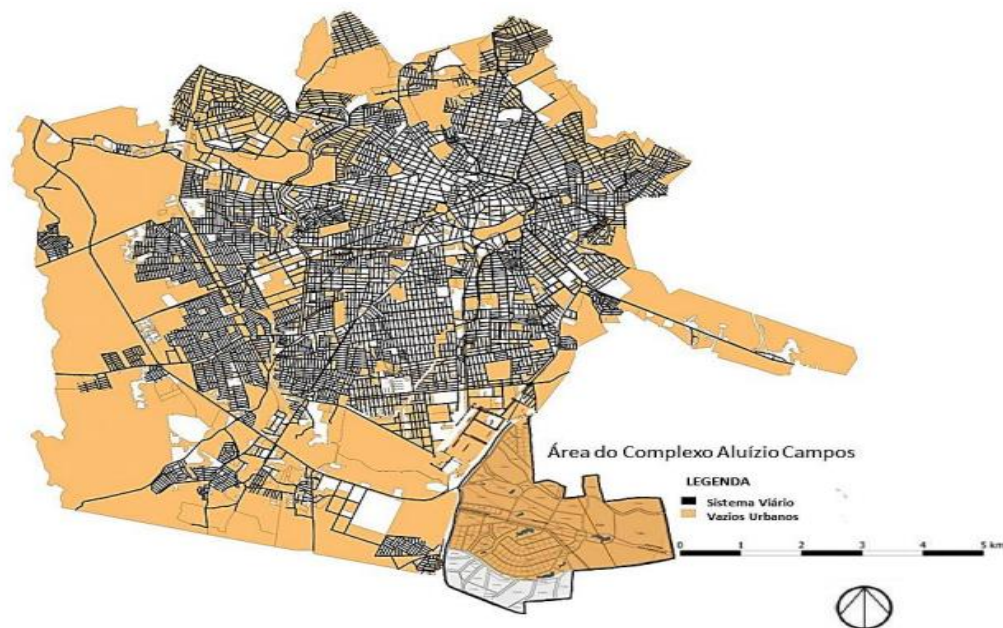
Fonte: SILVA, 2019.

Em um contexto mais detalhado, a figura 3 mostra os espaços vazios dentro da malha urbana, vale salientar que não é um terreno do tamanho do complexo, entretanto, é interessante frisar que por mais que existiam espaços dentro da malha urbana disponíveis para construções muitos desses espaços (públicos ou privados), são deixados ociosos para que a dinâmica da valorização e especulação imobiliária cresça, como cita Silva:

A justificativa do poder público no que diz respeito a não existir uma área dentro da cidade com as dimensões do Complexo Aluizio Campos é verdadeira. Entretanto ela não é totalmente coerente, uma vez que há a afirmação de que não existem vazios urbanos ou espaços livres na cidade. Afirmação essa que é refutada de acordo com o que se evidencia na figura anterior, ou seja, existem sim espaços vazios em áreas centrais e periféricas sendo estas áreas terras públicas ou privadas (em sua maioria). Estes terrenos, principalmente os mais centrais, são deixados ociosos para a dinâmica de valorização da especulação imobiliária na cidade em busca de valorização do espaço (através da produção social da urbanização e não por uma acumulação de trabalho no terreno) e tende a valorizar e encarecer a terra urbana que é dotada de infraestrutura e serviços urbanos próximos. (SILVA, 2020, p. 49).

O referido autor vai mais além, quando através de um outro mapa de sobreposição demonstra uma melhor ocupação desses vazios urbanos comparando com a área de localização atual do Complexo Aluizio Campos (Figura 4):

Figura 4 - Mapa de sobreposição do tecido urbano de Campina Grande e seus vazios urbanos e espaços livres.



Fonte: SILVA, 2019.

Através da figura 4 é possível notar que o espaço vazio ainda se mantém em algumas áreas centrais e que atualmente já sofrem uma valorização e especulação imobiliária, percebe-se que isso ocorre devido aos interesses dos proprietários que buscam uma maior renda e maior remuneração possível, como afirma Corrêa:

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente o uso comercial ou residencial de status. [...] Os proprietários fundiários podem então exercer pressões juntos ao Estado, especialmente na instância municipal, visando interferir no processo de definição das leis de uso do solo e zoneamento urbano. (CORRÊA, 1999, p. 16).

É possível verificar que o uso da terra que compõe o Complexo Aluizio Campos esteve sempre a vistas da dinâmica imobiliária, atrelada ao mercado de especulação de valorização de suas terras acompanhada de uma legislação própria que a gestão municipal desenvolveu para a área. Contudo, é importante frisar a reflexão a respeito da exclusão social que o Complexo Aluizio Campos causou durante seu processo de construção, considerações que serão explanadas no tópico posterior.

5 O COMPLEXO HABITACIONAL ALUÍZIO CAMPOS: Uma reflexão da exclusão social em seu processo de construção

Abordar a construção do Complexo Aluízio Campos, implica necessariamente apontamentos e reflexões referente a exclusão social, que durante a sua criação foi imposta. As questões que abordam termos como, segregação residencial, periferação, ou socioespacial são bastante relevantes quando se trata de construções realizadas em bairros ou localidades mais isoladas, denominadas de subúrbios, em sua maioria composta de serviços de mobilidade urbana e de saneamento básico em condições precárias. Este dinamismo torna-se comum em cidades que estão em processos intensos de expansão urbana. Contudo, reconhecer e confrontar estes termos nos permitirá um melhor entendimento no que se refere ao Complexo Aluízio Campos. Para Souza (2005, p. 68):

O fenômeno da segregação residencial é, sem dúvida, muito geral ao longo da história da urbanização. Que sempre existiram grupos que, devido à sua pobreza, à sua etnia ou a outro fator eram forçados a viverem em certas áreas [...] sendo, na prática ou até formalmente, excluídos de certos espaços. A segregação (residencial) induzida pode ser observada em cidades desde a Antiguidade.

O encetamento de moradores em determinados locais e seus comportamentos sobre eles vão testemunhando gradualmente sua atração e consolidando cada vez mais estes locais, trazendo consigo melhorias em suas habitações e oferecendo atividades econômicas que vão aperfeiçoando frequentemente o dinamismo deste lugar. Santos (1993) ao refletir sobre o termo segregação, relata que esses novos locais construídos em espaços periféricos constituí um termo chamado de “segregação espontânea” que se firma quando o resultado dela é construído pela própria dinâmica do espaço urbano.

Em contrapartida nem toda segregação socioespacial é espontânea. CORRÊA (1995), ao abordar o tema da segregação, realiza uma análise em outra perspectiva utilizando termos como autosegregação e segregação imposta (ou planejada). Para o autor, a primeira refere-se à segregação da classe dominante que, por assim preferir, cria para si espaços confortáveis em meio ao caos da cidade (é o caso dos condomínios horizontais ou verticais fechados), já a segunda é a segregação dos grupos sociais que possuem poucas ou até nenhuma opção favorável de moradia. O autor afirma que:

a segregação é dinâmica, envolvendo espaço e tempo, e este processo de fazer e refazer pode ser mais rápido ou mais lento, de modo que uma fotografia, um padrão espacial, pode permanecer por um longo período de tempo ou mudar rapidamente. A dinâmica da segregação, no entanto, é própria do capitalismo [...] (CORRÊA, 1995, p. 69-70).

As desigualdades socioeconômicas no Brasil têm reflexos urbanos e são induzidas pelas desigualdades que o sistema capitalista causa no espaço urbano brasileiro, como resultado da especulação imobiliária dentro das cidades. Nesse sentido, é importante destacar o termo "segregação imposta", frequentemente utilizado para descrever a situação. CORRÊA (2016, p.43), afirma que:

A política de classe que gera a segregação imposta e induzida é efetivada de modo explícito. Após a sua realização no espaço urbano torna-se muito difícil reverter os padrões espaciais das áreas segregadas: a expulsão à força é um dos meios bastante conhecidos, realizando uma "limpeza social".

A segregação imposta muitas das vezes é efetivada de forma sutil na cidade, por meio de ações entre o Estado e seus agentes hegemônicos, principais responsáveis pelo dinamismo e alteração do espaço ocupado, tem se por exemplo, os agentes imobiliários, os latifundiários e os donos dos meios de produção. Contudo, surge o planejamento urbano que auxilia este processo de segregação socioespacial através de grandes empreendimentos habitacionais, a exemplo do Complexo Aluizio Campos, como também de políticas neoliberais impostas no plano de desenvolvimento da cidade.

Portanto, o complexo Aluizio Campos se encaixa nesse contexto uma vez que foi construído a vista de um planejamento urbano que favorece a segregação, essa exclusão socioespacial de forma a ser induzida, imposta e também planejada. Maia (2010, p.19) cita modelos deste contexto, em que o Complexo se encaixa:

Uma outra periferia é produzida, muito embora não seja conhecida como tal, já que não corresponde à área de pobreza, mas sim onde se encontram os loteamentos e os condomínios fechados. Tal processo conduz à produção de uma cidade fragmentada e muitas vezes segregada, especialmente quando se depara em algumas áreas da cidade com as construções de condomínios horizontais fechados e em outras, ocupações com habitações improvisadas, bairros desprovidos de infra-estrutura e mais recentemente conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas.

Não obstante, esta determinada ação de construir esses conjuntos habitacionais engendrada no conceito de direito à moradia pelos mais necessitados apresenta um direcionamento dessa população a determinados locais da cidade, em específico as suas extremidades, que expressam consideravelmente carência dos serviços de infraestrutura urbana que garantem uma melhor qualidade de vida e condição social:

Construir grandes conjuntos implica não só a produção de unidades habitacionais, mas, também, a produção de uma "nova" cidade. Assim, os grandes conjuntos têm o desafio de articular a demanda por equipamentos sociais [...] (BURGUIÈRE et al., 2016, p. 22).

Dito isto, como já citado anteriormente, o Estado tem forte influência em seu processo de urbanização, uma vez que se caracteriza como agente determinante, seja da alteração deste espaço ou de interesses entre a sociedade e os demais agentes que compõe a população urbana.

O fato é que no que diz respeito a sociedade, ele torna-se fundamental para garantir a população o acesso aos serviços comuns a exemplo da saúde, educação, lazer e habitação, com ênfase a parcela da população mais carente. Contudo, a validação destes serviços para as famílias que habitam o Aluízio Campos vem sendo carcomida por esta segregação planejada e coagida pela nova forma de se habitar a cidade.

Não obstante, algumas reflexões e observações devem ser feitas a respeito da população que habita o Aluízio Campos que atualmente são advindas de outros bairros e localidades diferentes, o que por consequência pode gerar disputas territoriais e conflitos pelo controle de diferentes grupos ocupando o mesmo espaço, isso pode ocorrer diversos conflitos pela dominação deste espaço e pelo controle do mesmo futuramente.

Neste contexto a população presente nesta localidade composta por grupos sociais mais pobres aceitam de forma passiva as decisões imposta pelos agentes hegemônicos, inclusive a de ser segregada, questão essa que poderia ter um direcionamento diferente, na participação assídua de grupos sociais existentes em Campina Grande, que lutam por seus direitos e melhores condições de vida.

É decisivo que “[...] apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar [...] de desfazer, inicialmente, as estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual” (LEFEBVRE, 2001, p. 111). Portanto, a organização destes grupos sociais se torna fundamental neste processo, pois com isso podem permear a segregação socioespacial que é forçada aos próprios. Em contrapartida a ausência desses grupos sociais organizados, interfere na falta de cobranças para que assim sejam ouvidas, ficando a depender das alterações impostas unilateralmente pelos agentes hegemônicos atuantes do espaço urbano, afetando assim o seu cotidiano.

É importante frisar que as famílias que hoje compõe o Complexo Aluízio Campos tiveram seu cotidiano transfigurado por estes agentes, mediante ao discurso de uma melhoria de vida com base no direito a habitação. Apesar da população ter a sua disposição os veículos urbanos e serviços públicos que foram produzidas no local para assim municiar de forma efêmera as suas necessidades, como escolas, postos de saúde, creches, praças, dentre outros, não garante de forma eficaz à população o direito de usufruir aquilo que a cidade tem como um todo, pois habitam mais distantes das melhores opções dos instrumentos urbanos propostos pela cidade.

Dito isto, averigua se que o direito à moradia se caracterizou como “uma das últimas contradições entre a socialização da sociedade e a segregação generalizada” (LEFEBVRE, 2001, p. 116). A população do Complexo Aluízio Campos está limitada a uma parcela da

camada social que não possui interação ou frequenta lugares comparadas a pessoas com determinadas classes sociais divergentes.

Dessa forma, um dos principais desafios que a população do local enfrenta é a distância em relação aos serviços mais comuns ofertados pela cidade, a exemplo das universidades, os parques e as praças, a feira central e o Hospital Regional de Emergência e Trauma, o único serviço próximo ao local é o aeroporto, o que mediante as condições econômicas da população fica limitado ao uso com frequência, o acesso ao Aluizio Campos é bem estruturado, porém, essa rede de acesso mediante as condições de transporte público já saturado e antigo acaba prejudicando ainda mais a população desta localidade.

Além do fator da distância, é importante salientar que a população inscrita para receber a moradia no Complexo, caracteriza-se como famílias de baixa renda, de acordo com Silva (2020) dessas 15.226 famílias inscritas para receber a moradia a renda média delas corresponde a R\$ 754,00 (setecentos e cinquenta e quatro reais), ou seja, implica em menos de um salário mínimo, visto que, no ano de 2019 estava fixado em R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais).

Outros indicadores importantes de acordo com o autor é que as famílias contempladas com sua moradia precisaram cumprir requisitos para que a inscrição fosse aceita, tais como, morar em área de risco e vulnerabilidade socioambiental em Campina Grande (mais de 9 mil inscritas), morar de aluguel, estar em imóvel cedido ou em co-habitação com outra família (cerca de 11 mil famílias) e, por fim, serem famílias residentes em Campina Grande e estarem a uma distância média de 2,5 Km (dois quilômetros e meio) do Conjunto Habitacional Aluizio Campos.

O direito à cidade não se limita apenas ao direito de ir e vir, a cidade antes de tudo deve ser local de troca, de inclusão, de interação social, e isso cabe, portanto, a população exigir e praticá-la uma vez que faz parte deste processo, contudo, a segregação planejada como citada anteriormente dificulta e impede que a sociedade se una e cobre do poder público de maneira mais intensa, por outro lado, enquanto isso não se materializa, é nítido o conformismo da população em manter-se distante, fato este que não exclui a responsabilidade prioritária do Estado no acesso a direito de forma mais efetiva e eficaz.

Alguns problemas sociais relacionados ao Aluizio Campos já foram demonstrados nos últimos três anos, de acordo com SILVA, (2022, p.124) temos como exemplo, a evasão dos moradores, os problemas socioeconômicos agravados pela pandemia do Covid-19, os episódios agravantes de violência, com relatos de conflitos locais, furtos, assaltos e falta de policiamento e segurança, como as constantes reclamações sobre o transporte público que foi reduzido

durante a pandemia, e diminuindo a oportunidade de deslocamento dos que trabalham em serviços essenciais.

O Complexo Aluízio Campos foi planejado e pensado para a população periférica mediante as suas condições de localização e espaço em que foi construído trazendo uma ideia de segregação planejada, com forte influência do Estado, agente hegemônico da produção deste espaço e determinante sobre a vida e o cotidiano dos moradores dessa localidade, como afirma Silva (2020):

Por hora, nos atentamos ao espaço construído e à sua localização. Como já foi dito, o Complexo Aluízio Campos nos moldes do projeto apresentado e construído é mais um grande conjunto habitacional periférico que se constitui como um espaço de segregação planejada. Também já foi mencionado em capítulos anteriores que a sociedade urbana é formada por vários grupos e que as relações entre grupos é realizada através da mediação do Estado Capitalista. A atuação do Estado é determinante sobre a vida e o cotidiano das pessoas na cidade. A legislação, como já evidenciado, surge como aparato para atender ao mercado na questão da terra urbana, por exemplo, e tende a beneficiar os agentes hegemônicos da produção do espaço e deixando a população mais pobre à parte das decisões e aceitando as imposições unilaterais.

Por fim, o Complexo Habitacional Aluízio Campos apresenta um forte dinamismo em seu processo de construção que compõe o espaço urbano campinense dando a ele características e funções que confirmam sua importância mediante as questões socioespaciais e de desenvolvimento urbano de Campina Grande.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o espaço urbano nos permite compreender e enxergar diversos fatores que afetam diretamente a vida em sociedade, ela que é parte indissociável dele, com isso é possível notarmos as duras realidades que o nosso país e nossas cidades apresentam, que vão desde seu processo histórico com ênfase na transformação do referido espaço com a chegada da sociedade e o início de sua modificação, como também aos processos que afetam a própria população, causador e resultante de sua alteração. Falar de espaço urbano, seja no âmbito nacional ou local, sempre será motivo para longas discussões, reflexões e críticas, devido a série de fatores que são expostas quando se aborda um tema de tamanha relevância.

É importante frisar que todo o espaço do Complexo foi e ainda é modificado pelos agentes hegemônicos que são os principais responsáveis por todo o processo de sua construção e modificação, o que se abordou neste trabalho vai muito além do que apenas um olhar crítico, com a chegada do Aluízio Campos, podemos ver o lado do desenvolvimento econômico crescendo, os interesses políticos e capitais, em contrapartida, deixam a desejar nos serviços essenciais, que ocasiona no crescimento da violência, na periferização e na dispersão desta sociedade, como também a segregação socioespacial.

Vale destacar que o Estado é um dos principais articuladores deste processo de reprodução do espaço, e que os grupos sociais são os que mais sofrem quando são “obrigados” a sair de um determinado centro onde se tem acesso com mais facilidade aos serviços, para ir morar em um outro local distante em que dificulta o acesso aos serviços, lembrando que esses grupos sociais excluídos tornam-se também agentes modeladores do espaço, numa forma de resistência e em busca por sobrevivência, como afirma Corrêa (2004) “A produção deste espaço é, antes de mais nada, uma forma de resistência e, ao mesmo tempo uma estratégia de sobrevivência.”, em conformidade com as ideias do referido autor a resistência e a sobrevivência são exigidas aos grupos sociais, oriundas de áreas urbanas coagidas a operações de renovação urbana, que lutam diariamente pelo direito a cidade.

Pode-se verificar que o processo de produção do espaço em Campina Grande tem sido incentivado por meio dos órgãos fiscais e de leis criadas que alimenta a entrada do capital na cidade. O Surgimento do Complexo Aluízio Campos revela que a especulação e a renda da terra gerada a partir da especulação do mercado imobiliário não tem se concentrado apenas nos grandes centros.

Para além dessas áreas, já composta de certa infraestrutura, há uma grande produção do espaço nas regiões periféricas. Vale salientar que ela está sendo implementada de maneira nítida

para o capital, contudo a população não compreende que ela é a principal prejudicada pelas decisões unilaterais dos demais agentes que compõem a sociedade urbana.

Ao abordarmos o Complexo Aluizio Campos, distinguimos melhor a forma como se configura o tecido urbano da Cidade de Campina Grande e como ele se fortalece criando assim novos espaços. Toda articulação e mediação para o surgimento do Complexo feito entre o Estado e a produção capitalista se mostra com principal engrenagem para a entrada e fortalecimento do capital na cidade. Ademais, foi com a construção do Complexo que pode se observar com bastante clareza quem de fato tem obedecido o projeto inicial do empreendimento.

Mediante ao exposto, pode-se observar que aos poucos a principal ideia do projeto do Complexo Aluizio Campos vai se concretizando, de que parte da cidade passe ser gerida pela iniciativa privada, A área que corresponde o Complexo Aluizio Campos passe a ser gerida e dominada pelo capital industrial e empresarial junto a Tecnópolis. Percebe-se então que existe uma tentativa de se maquiagem esta proposta, pois de acordo com documentos lidos, o principal mediador, gerenciador e responsável como um todo pelo Complexo seria o Estado, porém, isso não se concretiza na prática, visto que, os documentos acabam sendo contraditórios aquilo que vem se efetivando.

Contudo o Complexo Habitacional Aluizio Campos torna-se o centro de questões urbanas e decisões políticas, sociais e econômicas que edificam a produção do espaço urbano campinense mediante ao cenário atual. Seja pelo que já vem se concretizando desde sua construção, como também pelas hipóteses aqui levantadas. O fato é que esse campo ainda nos dará muita margem para que possamos estudar e compreender a realidade urbana desta cidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Amanda Luiza Freire De *et al.* A construção do complexo Aluizio Campos em Campina Grande-PB: a lógica da cidade como mercadoria na produção do espaço público. **Anais II CONIDIS...** Campina Grande: Realize Editora, 2017. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/33026> . Acesso em: 13. fev. 2023.
- ANDRADE, Manuel Correia de. A questão regional: o caso do Nordeste. In: **Capítulo de Geografia do Nordeste**. Recife: União Geográfica Internacional, 1982. | PDF | Geografia | Diploma de bacharel. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/358645500/RESENHA-CASTRO-Ina-Elias-de-Nordeste-como-tema-de-suas-elites-In-O-mito-da-necessidade-Rio-de-Janeiro-Bertrand-Brasil-1992-ANDRADE-Manuel-C> . Acesso em: 27 abr. 2023.
- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Revista Estudos Avançados do IEA/USP, vol. 2, no. 29, p. 7-36, 1997.
- ATTEM, Gabriel Madureira et al. Produção do espaço urbano em campina grande – pb: fragmentação e segregação, diferenciação e desigualdades socioespaciais. **Anais do XIV ENANPEGE...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/index.php/artigo/visualizar/78561> Acesso em: 13. fev. 2023.
- BONDUKI, Nabil. 1955- **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria** / Nabil Bonduki. – 4 ed. – São Paulo: Estação Liberdade, 2004 344 p.
- BOTELHO, Adriano. **A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E DA MORADIA ATRAVÉS DAS PRÁTICAS DO SETOR IMOBILIÁRIO**. *Revista Cidades*, vol. 4, no. 6, 18 jan. 2007, <https://doi.org/10.36661/2448-1092.2007v4n6.12793>. Acesso em: 13. Fev. 2023.
- BURGUIÈRE, Elsa; GHILARDI, Flávio Henrique *et. al.* **Produção social da moradia no Brasil: panorama recente e trilhas para práticas autogestionárias**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.
- CÂMARA, Epaminondas. *Datas Campinenses*. Campina Grande: Ed. Caravela, 1988. 164p. 21cm. 30/09/98.
- Campina Grande é terceira cidade mais inovadora do Brasil, aponta ICE 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/03/29/campina-grande-e-terceira-cidade-mais-inovadora-do-brasil-aponta-ice-2023.ghtml>. Acesso em: 19 abr. 2023.
- CONSTRUÇÃO + GRANDES ESTRUTURAS: “Aluizio Campos” o maior conjunto habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida. Disponível em: <https://www.projetoconstrucaomais.org/post/alu%C3%ADzio-campos-o-maior-conjunto-habitacional-do-programa-minha-casa-minha-vida>. Acesso em: 20 de abril de 2023.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª Edição. São Paulo: Ática, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. Nordeste como tema de suas elites. In: **O mito da necessidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

GERENCSEZ GERALDINO, C. F. **O CONCEITO DE MEIO TÉCNICO EM MILTON SANTOS**. Geoambiente On-line, Goiânia, n. 21, 2013. DOI: 10.5216/revgeoamb.v0i21.27897. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/geoambiente/article/view/27897>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Entrega do Aluizio Campos tem presença de Bolsonaro nesta 2ª. Disponível em: <https://portalcorreio.com.br/inauguracao-do-aluizio-campos-conta-com-presenca-de-bolsonaro-em-cg/>. Acesso em: 11 nov. 2019.

HARVEY, David. **A Luta Pelo Direito à Cidade é Uma Luta Contra O Capitalismo**. Instituto Pólis, Feb. 5AD, Disponível em: polis.org.br/noticias/david-harvey-a-luta-pelo-direito-a-cidade-e-uma-luta-contra-o-capitalismo/. Acesso em 13. Fev. 2023.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**, tradução de Sérgio Martins – Belo Horizonte: Ed. UFMG 1999. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4955721/mod_resource/content/1/Cap.2_CampoCego_RevolucaoUrbana_lefevre.pdf. Acesso em: 13. Fev. 2023.

LÍVIA, Izabel, *et al.* **ARTICULAÇÕES de PODER E O COMPLEXO ALUIZIO CAMPOS EM CAMPINA GRANDE (PB) POWER JOINTS and the ALUIZIO CAMPOS COMPLEX in CAMPINA GRANDE (PB)**. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/wp-content/uploads/2021/02/4.9.-Articulacoes-de-Poder-e-o-Complexo-Aluizio-Campos.pdf>. Acesso em 13. Fev. 2023.

MAIA, Sátyro Doralice. **A Periferização E a Fragmentação Da Cidade: Loteamentos Fechados, Conjuntos Habitacionais Populares E Loteamentos Irregulares Na Cidade de Campina Grande-PB, Brasil**. Disponível em: www.ufpb.br/ppgg/contents/producao-docente/doralice-satyro-maia/a-periferizacao-e-a-fragmentacao-da-cidade_-loteamentos-fechados-conjuntos-habitacionais-populares-e-loteamentos-irregulares-na-cidade-de-campina-grande-pb-brasil.html. Acesso em 13. Fev. 2023.

MIRANDA, Izabel *et. Al:* **ESPRAIAMENTO E MERCANTILIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO EM CAMPINA GRANDE: O CASO DO COMPLEXO ALUIZIO CAMPOS**. - **Anais XVIII ENANPUR 2019**. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais>. Acesso em 13. Fev. 2023.

Moodle USP: e-Disciplinas. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf Acesso em: 13. Fev. 2023.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/6edicao/n17/8.pdf>. Acesso em 27. abr. 2023.

OLIVEIRA, Yuri. **Mapeamento de Periferização Em Potencial Segundo a Topografia de Herval, RS | Oficina de Modelagem Urbana**. *Wp.ufpel.edu.br*, Yuri Oliveira Tomberg, 17 setembro de 2020.

PICCINATO, Junior, Dirceu. **A Produção Do Espaço Urbano: Agentes E Processos, Escalas E Desafios.** *Revista Brasileira de Estudos Urbanos E Regionais*, vol. 16, no. 2, 30 nov. 2014. p. 246, Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n2p246> . Acesso em 13. Fev. 2023.

PMCG - Prefeitura Municipal de Campina Grande. Plano Diretor do Município de Campina Grande. Campina Grande, 2006.

_____. Projeto Campina Grande 2035: Visão de Futuro. Campina Grande, 2017.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Expansão Urbana de Mossoró (período de 1980 a 2004).** Natal: Coleção Mossoroense, 2005. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/18882> Acesso em 27. Abr. 2023.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras.** revisão Rosa M. C. Cardoso e Candida M. V. Pereira. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 1991. – (Coleção repensando a geografia).

SANTOS, Milton, 1926-2001. **O Espaço dividido, Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos** / Milton Santos: tradução Myrna T. Rego Viana. -2. Ed.- São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** ed. São Paulo, HUCITEC, 1993, Disponível em: https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf. Acesso em 13. Fev. 2023.

SANTOS, C. D. DOS. **A CIDADE DE MOSSORÓ, RIO GRANDE DO NORTE:** processo de formação e produção do espaço urbano. *Mercator*, v. 8, n. 17, p. 97–108, 31 dez. 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2736/273620611008.pdf> Acesso em 27. Abr. 2023.

SILVA, Irislaldo Erik Estevam da. **A Segregação Socioespacial Sob a Égide Do Discurso Do Direito à Habitação: O Complexo Aluizio Campos Em Campina Grande-PB.** *GeoTextos*, vol. 18, no. 18, 18 dezembro 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/geo.v0i2.49711>. Acesso em 13. Fev. 2023.

SILVA, Irislaldo Erik Estevam da. **A Produção Capitalista Do Espaço Urbano E a Política Habitacional Em Campina Grande - PB: O Complexo Aluizio Campos.** *Repositorio.ufpb.br*, 17 Mar. 2020.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo.** *Cidades, Presidente Prudente*, v. 3, p. 143-157, 2006, Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/12786> Acesso em 27. Abr. 2023.